

Governo vai receber dos

Pública

ECONOMIA

Estados US\$ 1 bilhão

Após um dia inteiro de negociações, o Governo aceitou, à 1h30 desta madrugada, a proposta da Comissão Mista do Orçamento para a rolagem da dívida dos Estados e municípios. Segundo explicação do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, que manteve contato permanente com o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, o Governo Federal receberá em 89 cerca de 1 bilhão de dólares como pagamento do endividamento dos Estados, que significam quase 80 por cento a mais, em valores constantes, em relação à rolagem anterior. Como esclareceu o peemedebista, a fórmula encontrada satisfaz às exigências do Governo, mas não é uma sugestão do Executivo nem dos governadores, mas sim da própria Comissão.

A Comissão Mista do Orçamento trabalhou até as 2h20 da madrugada, depois de passar o dia inteiro "garimpando" destaques para agilizar a votação. O objetivo era, já tendo em vista o acordo sobre a questão da dívida dos Estados, adiantar a apreciação da matéria de modo que até a noite de hoje a comissão tivesse como encerrada a sua tarefa. Desta forma, assim que finalmente iniciaram a votação, já à 1h30 da madrugada, quase 800 destaques sobre emendas ao substitutivo do relator Almir Gabriel foram rejeitados em bloco, em função do entendimento das lideranças. Ficaram sobrando apenas 15 destaques para serem apreciados na sessão de hoje, que começa às 10h e terá como ponto máximo a votação do acordo sobre a dívida dos Estados.

ALTERNATIVA

A alternativa adotada pelo acordo entre o Executivo e o Legislativo surgiu de estudos do próprio relator Almir Gabriel e do vice-presidente da comissão, deputado César Mala. Prevê o pagamento de Cz\$ 174 bilhões do total da dívida dos Estados, de acordo com percentuais diferenciados entre regiões. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste pagarão 5 por cento do valor global de suas dívidas, com tetos máximos, respectivamente, de 5, 20 e 15 milhões de dólares. O Sudeste e o Sul, de acordo com a propos-

ta, pagarão 10 por cento de sua dívida, com teto de 100 milhões de dólares com exceção de São Paulo que terá que pagar 500 milhões de dólares. As duas partes ainda estudarão variações nesta fórmula, mas também ficou acertado que poderá ocorrer um aumento do pagamento em função do excesso de arrecadação de cada unidade da Federação.

PRESSÃO

Os membros da comissão esgotaram todas as possibilidades de entendimento sobre o conjunto de emendas e sobre a negociação da dívida externa. Desmarcaram as sessões matutina, vespertina e até a noturna para se fecharem em conversas por todos os cantos da comissão. "Motivos óbvios nos levaram a isto", lembrou depois o presidente Cid Carvalho. Disse ainda que estavam pressionados pelo tempo, principalmente depois que o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, lhe enviou ofício solicitando que a comissão encerrasse seu trabalho até a noite de hoje.

Segundo o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o Executivo não havia fechado um acordo com o Legislativo sobre a proposta de pagamento de Cz\$ 234 bilhões do serviço da dívida, porque o relator da Comissão só indicara em seu relatório a fonte de parte das despesas a serem cortadas para equilibrar a redução da receita do pagamento da dívida originalmente previsto em Cz\$ 550 bilhões.

Ele garantiu que, se houvesse esta indicação, o acordo em torno da questão seria fechado. E mais: assegurou que "uma vez indicada a fonte de recursos para cobrir a redução da estimativa de receita, assumimos o compromisso de que não haverá veto ao projeto do Congresso, embora o Executivo tenha este poder", afirmou Sant'Anna.

No desenrolar do dia, no entanto, surgiu a alternativa que se aproximava dos objetivos da Comissão quanto ao encaminhamento da rolagem da dívida. A proposta significava o pagamento de Cz\$ 174 bilhões do total da dívida, de acordo com percentuais diferenciados por regiões.